



1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
26/03/2018	09:25	12:30	Auditório da Sede do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura e aprovação da ata da primeira RAE
03	Justiça em Números / Metas Nacionais
04	RAE - Reunião de Análise Estratégica (Informativo)
05	Estrutura de Governança (Informativo)
06	Portfólio de Projetos Estratégicos 2017 / 2018
07	Workshop - Resultados
08	Programas Estratégicos
09	Apresentações das Áreas
10	Deliberações do CGOV (Agendamento das Semanas de Sentenças e Baixas, Aprovação da Data da 2ª RAE)
11	Encerramento

3. Comitê de Governança

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Des. Gesivaldo Nascimento Britto	Presidência	
2	Des. Augusto de Lima Bispo	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Maria da Graça Osório Pimentel Leal (representada por Dra. Marina Kümmer de Andrade)	2ª Vice-Presidência	
4	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos (representada por Dra. Cristiane dos Santos Nascimento)	Corregedoria Geral de Justiça	
5	Des. Emílio Salomão Pinto Resedá	Corregedoria das Comarcas do Interior	Ausente
6	Juiz de Direito Humberto Nogueira	Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados	
7	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
9	Iramar Viana Martinez de Almeida	Secretaria-Geral da Presidência	
10	Ana Paula do Carmo Barbosa Silva	Secretaria de Administração	
11	Antônio Roque Do Nascimento Neves	Secretaria Judiciária	
12	José Oswaldo Guimarães de Abreu	Secretaria de Planejamento, Orçamento	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Lorena Pimenta Navarro	Gabinete da Presidência	
15	Fernanda Pinto Dantas Braga de Souza	Controladoria do Judiciário	
16	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	
17	Joana Costa Pinheiro	Universidade Corporativa	



4 . Apresentação da Pauta

1. Abertura

O Presidente do Comitê de Governança, Desembargador Gesivaldo Britto deu início à primeira RAE – Reunião de Análise Estratégica do ano de 2108. Agradeceu à presença de todos e passou a palavra ao Assessor da SEPLAN – Sr. Pedro Vivas – que fez a função de facilitador dos trabalhos da RAE.

Pedro Vivas explicou que a RAE é uma reunião que todos os Tribunais realizam, estando o TJBA em sua quarta edição, sendo essa a primeira de 2018. A RAE se propõe a verificar o quanto o TJBA está caminhando em direção à sua estratégia, seus projetos e indicadores.

A 1ª RAE do ano de 2018 tem como objetivo eleger os projetos que farão parte do Portfólio de Projetos Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

As Unidades Administrativas farão as apresentações de seus projetos, o CGOV (Comitê de Governança) deliberará sobre a pertinência dos mesmos ao Portfólio Estratégico e a partir da próxima RAE, tais projetos serão acompanhados pelo mesmo CGOV.

2. Leitura e aprovação da ata da última RAE

A Secretária-Geral da Presidência – Sra. Iramar Almeida – procedeu à leitura sintética da última RAE de 2017, abordando os seus principais tópicos.

3. Justiça em Números / Metas Nacionais

O Secretário da SEPLAN – Sr. José Guimarães – falou sobre os indicadores do TJBA ressaltando a elevação em 50% do quantitativo de processos baixados e a consequente redução da taxa de congestionamento de 83,9% para 69,8%. Tais números facilitam o caminho rumo ao Selo Diamante do TJBA, não esquecendo que os esforços devem ser contínuos. O Secretário passou a palavra a Pedro Vivas que iniciou a explanação sobre Metas Nacionais.

Pedro Vivas informou que as Metas Nacionais nasceram como imposição do CNJ, mas que vêm sendo aprimoradas pela Rede de Governança Colaborativa desde 2014 e que esse ano a novidade é que houve um alinhamento entre Metas Nacionais e JEN – Justiça em Números, assim, as variáveis que eram utilizadas unicamente pelo JEN para consolidação do relatório da Justiça, serão também utilizadas na apuração das Metas Nacionais.

Para o ano de 2018 há 4 metas de Desempenho e duas de Gestão, que se repetiram de 2017.

O TJBA ainda não possui os números das Metas Nacionais porque ainda está adaptando o sistema e consolidando os dados para que as informações sejam divulgadas de maneira mais segura.

Metas de Desempenho e de Gestão foram alcançadas no ano de 2017 e a tendência é que sejam alcançadas esse ano também.

4. RAE – Reunião de Análise Estratégica (Informativo)

A Reunião de Análise Estratégica é um item obrigatório do Selo Justiça em Números. Caso o TJBA não realize a RAE, não pontuará no Selo. É fundamentada na Resolução 70 e na Resolução CNJ nº198. O Tribunal publicou ainda a Resolução 12, que determina que deverão ser realizadas RAE's pelo menos a cada 90 dias.

5. Estrutura de Governança (Informativo)

Para que a RAE seja bem-sucedida, as informações são estruturadas pelo Comitê de Governança do TJBA (CGOV). Para que o CGOV consiga essas informações há uma estrutura que coleta e trabalha as informações. A Estratégia é alavancada por Projetos e Processos. O TJBA, através da Resolução 13, criou o EPPE (Escritório de Projetos e Processos Estratégicos) e os EDEP's (Escritórios Departamentais de Projetos e Processos). Toda Unidade – em nível de Secretaria – deve ter um EDEP, para utilizar a mesma metodologia e a mesma linguagem na Gestão de Projetos e Processos no TJBA.

Para que haja a unificação da linguagem e do monitoramento dos Escritórios, existe uma estrutura de governança. Os Escritórios Departamentais (EDEP's) em conjunto com o Escritório de Projetos e Processos Estratégicos



(EPPE) formam um colegiado que trabalha toda a metodologia de Projetos e Processos, estabelecendo novas regras a cada ano. Alguns EDEP's estão com novos membros e o EPPE fará a capacitação dos mesmos, para que todos tenham um conhecimento nivelado acerca da metodologia.

Tudo que é produzido pelos Escritórios é depositado no SGP – Sistema de Gestão e Projetos. Nesse sistema constam o Mapa Estratégico do Tribunal de Justiça (com macrodesafios e objetivos estratégicos) e indicadores estratégicos de projetos e processos.

6. Portfólio de Projetos Estratégicos 2017 / 2018

Pedro Vivas exibiu o Portfólio, destacando os projetos concluídos e os em andamento (com conclusão no máximo até junho/2018). E o PLS (Plano de Logística Sustentável) será reestruturado pela SEAD e continuará em 2018 com nova formatação.

7. Workshop – Resultados

Pedro Vivas esclareceu a forma de coleta das novas iniciativas candidatas a projetos estratégicos:

A equipe da Seplan coletou 200 iniciativas de outros Tribunais, do nosso Planejamento Estratégico e de outras instituições que tenham foco em áreas similares. Nessas 200 iniciativas, foi feito um filtro, baseado nas Diretrizes Institucionais e nos objetivos estratégicos do TJBA, que resultou em 32 iniciativas. As unidades administrativas receberam essas iniciativas e analisaram se caberia ou não assumi-las como projeto, além da possibilidade de incluir novas iniciativas (foram incluídas mais 13). Foi feito um Workshop para que as áreas pontuassem as iniciativas de acordo com as diretrizes institucionais, as metas nacionais e os macrodesafios estratégicos. O número ideal de projetos do portfólio seriam 12 projetos, podendo variar para mais ou para menos.

8. Programas Estratégicos

Pedro Vivas prosseguiu a condução dos trabalhos falando sobre os programas estratégicos. Os programas foram definidos considerando os objetivos estratégicos, a fim de facilitar a internalização do que seja o mapa estratégico, pois no mapa existem mais de 13 objetivos estratégicos e a aglutinação dos mesmos permite um melhor entendimento dos conceitos. Os Programas são: Governança Judiciária, Acesso à Justiça e Eficiência em Números. Todos os projetos serão agrupados em um desses grupos para melhor análise da consecução da Estratégia.

9. Apresentações das Áreas

As áreas fizeram as suas apresentações na ordem dos programas. (Governança Judiciária, Acesso à Justiça e Eficiência em Números)

PROGRAMA – GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Iniciativa da SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Orçamento: Implantação do Sistema de Gestão de Compliance

Tal iniciativa, conforme o Secretário José Guimarães, é considerada estratégica pela Seplan, bem como pela Presidência do Tribunal. Lembrou da campanha que está sendo feita no TJBA pela Seplan acerca do Compliance e prosseguiu conceituando o termo e justificando a implantação como “a finalidade de aperfeiçoar uma administração focada em economicidade, em disciplina, gestão, controle e eficácia, como é a visão, do nosso próprio Presidente”. Quanto ao objetivo da iniciativa, o Secretário afirmou que o Sistema é aderente com todas as áreas, inclusive afirmou que está bastante relacionado com a Controladoria e Secretaria de Administração, além de áreas Jurisdicionais. Seguiu detalhando os 3 pilares da Gestão de Compliance: Prevenção, Detecção e Resposta. Lembrou que o Código de Ética está sendo elaborado e que novas políticas, procedimentos, controles e auditorias serão implantados, inclusive “Comitê de Ética” com a finalidade de proteger e identificar erros e faltas de cumprimento da lei, normas e procedimentos. Alertou que o custo informado refere-se ao segundo ano de implantação, que no primeiro ano não haverá custo. Encerrou a apresentação colocando-se a disposição para questionamentos.

Iniciativa da 1ª Vice-Presidência: Implantação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) no Plantão Judiciário do 2º Grau.

Introdução por Dr. Raimundo Braga, Juiz Assessor da 1ª Vice-presidência. A iniciativa é uma continuação de um projeto implantado anteriormente, já concluído, e tornou-se um processo no Secomge – Sistema de Gestão da



Qualidade. Apresentou então a iniciativa de implantação do SGQ no Plantão Judiciário do 2º Grau, ressaltando que é um outro “braço” da 1ª Vice-Presidência. Jeferson Santos – que está a frente do Plantão Judiciário – apresentou as justificativas, os atores e os fatores que agregam valor à organização. Ressaltou que a implantação do SGQ terá baixo custo porque já existe um contrato em andamento no Secomge. A iniciativa possui foco no usuário e otimiza os processos de trabalho, além de possuir visão sistêmica. Jeferson Santos mostrou a experiência em números do Secomge, “nos últimos quatro meses, de um total de vinte e quatro mil e quinhentos processos aproximadamente, houve apenas 60 (sessenta) não conformidades, uma porcentagem de 0,24%”. Agradeceu e encerrou a apresentação.

Iniciativa da Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais (UNICORP): Institucionalização da Instrutoria Interna.

Apresentada por Joana Pinheiro – representante da Unicorp – a iniciativa de institucionalizar a Instrutoria Interna no TJBA é uma forma de concretizar algo que já iniciou na gestão passada com o Projeto de Consolidação da Unicorp. A iniciativa busca ampliar a autonomia da Universidade Corporativa. Joana afirmou que a UNICORP já se encontra amadurecida para que a instrutoria seja institucionalizada. Conceituou a iniciativa, justificou, relatou o objetivo e falou do custo estimado anual para sua implantação, alertando que será “sem impacto orçamentário, mas dentro do orçamento da própria Universidade. Não traz um gasto a mais.” Falou dos atores da iniciativa e das etapas de implantação. Após a explanação dos resultados esperados – dentre eles a formação de um Banco de Instrutores, inclusive informando que alguns Magistrados já foram capacitados através da ENFAM (Escola Nacional de Formação Aperfeiçoamento de Magistrados) – foi exibido um vídeo da experiência já desenvolvida no Poder Executivo da Bahia na SAEB.

Iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça: Consolidação e Expansão do Núcleo Extrajudicial.

Apresentada por Cristiane Nascimento – Chefe de gabinete – a iniciativa visa consolidar núcleo responsável pela orientação, normatização, ampla fiscalização e apuração de possíveis inconformidades relativos aos Cartórios Extrajudiciais. A chefe de gabinete comentou sobre a realidade de núcleo desestruturado “no sentido dessa parte de fiscalização” o que implica nas problemáticas colocadas como justificativas para a implantação de um projeto. Ressaltou que, com o apoio da Presidência e da AEP II, a capacitação dos servidores já está sendo viabilizada junto à Unicorp e à Faculdade Baiana, para que os mesmos estejam preparados para fiscalizar. Apresentou o objetivo e ponderou que o CNJ apresentou 20 metas a serem cumpridas, dentre estas está a de “criar no âmbito da Corregedoria equipe de servidores responsável pelos serviços extrajudiciais, coordenada por um juiz.” e outra meta é a de “realizar fiscalização contábil, financeira, trabalhista e tributária nos serviços extrajudiciais.” Ressaltou que o Tribunal ficou esteve por muito tempo sem voltar o olhar para os serviços extrajudiciais, o concurso está sendo concluído, faltando cumprir algumas etapas. O custo estimado de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) deve-se ao fato de incluir a capacitação e toda a estrutura do núcleo que não existia no TJBA. Alertou sobre o quanto é “importante e imperativo é o controle que seja realizado de maneira irretocável de forma constante e que todos os dados relacionados ao gerenciamento tanto dos atos judiciais quanto dos atos administrativos e financeiros tragam informações úteis para as nossas decisões. Antes de finalizar, exibiu gráficos evidenciando a redução da arrecadação no decorrer do tempo para ressaltar a importância da necessidade de maior fiscalização. Agradeceu a todos.

Iniciativa da Controladoria de Justiça: Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão

A Controladora Chefe Fernanda Dantas iniciou sua apresentação esclarecendo conceitos acerca de órgãos de Controle Interno, Fiscalização e Auditoria.

“(…)após a resolução do CNJ – 171 – e como os tribunais estão se encontrando já ha quatro anos para chegar a um consenso. Tem 3 linhas de defesa, que devem ser adotadas para uma Administração Pública de um modo geral. A primeira linha de defesa são servidores que instruem o processo no dia a dia nas Unidades Gestoras. A segunda linha é um Controle Interno – com o nome Controle Interno – no qual de um modo geral se entende que tem que sair as normativas, instruções e orientações para que toda a Administração pública possa acatar. E a terceira linha e última é a Auditoria Interna que ela é totalmente independente do Controle Interno – não se confunde.” Chamou atenção sobre o tema pois é uma questão extremamente comentada e cobrada pelo CNJ. Inclusive a Resolução CNJ nº171 foi editada pois havia confusão. “Onde o auditor atua não pode haver acompanhamento da Gestão, pois senão não há a independência do auditor”

Explicou a estrutura da CTJUD – Controladoria do Judiciário conta com duas Coordenações: a de Auditoria e a de Fiscalização – que também é auditoria das custas judiciais e extrajudiciais. Dessa maneira, hoje existem 2 órgãos



de auditoria na CTJUD. Não existindo, assim, o órgão de Acompanhamento de Gestão. Acompanhamento dos processos, de contratação, de pagamentos etc. Diante do que o TCE apontou nos julgamentos das duas últimas contas, faz-se necessário a implementação de unidade de Acompanhamento de Gestão. Fernanda Dantas fez a apresentação da descrição, justificativa e objetivos da iniciativa conforme slides.

Iniciativa da SEAD – Secretaria de Administração: Modernização do Sistema de Arrecadação

Apresentada pela Secretária Ana Paula do Carmo a iniciativa tem como principal atividade a vinculação dos DAJES aos processos judiciais. A descrição, justificativa e objetivos foram explicados pela Secretária, deixando apenas a data de implantação em aberto, por necessitar de ajustes com a SETIM – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Iniciativa da SEAD – Secretaria de Administração: SEAD Vai até Você

A iniciativa faz parte da nova gestão e já está em prática. Apresentou em *slides* a descrição, justificativa, objetivos e custo estimado. Acrescentou ao objetivo a vantagem de a Secretaria verificar “de perto a dificuldade dos juizes, dos administradores, falar de gestão, deixar um pouco o Direito do lado e a gente falar da gestão. De como cuidar do fórum e como que está a situação deles, a realidade de fato.” Informou as Comarcas já visitadas e acrescentou que mesmo estando presente em diversos locais, deixam claro que existem demandas que não poderão ser atendidas pois dependem de orçamento disponível.

O Presidente, Des. Gesivaldo Britto falou da importância da presença da Administração nas comarcas para que os magistrados sintam que a Gestão está buscando solucionar os problemas *in loco*.

Dr. Paulo Chenaud perguntou como ficam as visitas da SEAD às unidades dos Juizados Especiais que ficam em outros prédios foram dos fóruns. A Secretária Ana Paula do Carmo respondeu que, em virtude do Administrador do Fórum normalmente também cuidar dos prédios externos, todas as demandas são repassadas a ele, e assim, as tratativas são feitas. É importante salientar que as orientações que são feitas pela SEAD para aos Administradores pretendem em sua maioria evitar que os processos tenham que passar pela Sede. Muitas ações podem ser tomadas diretamente pelo Administrador sem que precise abrir processos que tornam lenta a resolução do problema.

Iniciativa da SEAD – Secretaria de Administração: Construção do Anexo II, Novo Fórum de Ilhéus e Novo Fórum de Conceição do Coité

A Secretária descreveu as iniciativas, suas justificativas, objetivos e custos estimados. Apresentou também imagens dos projetos das novas obras.

Iniciativa da SEAD – Secretaria de Administração: Implantação do Sistema de Segurança e Controle de Acesso

Foram apresentadas as justificativas e objetivos da iniciativa. A SEAD ainda não dispõe da previsão do custo para a implantação do Sistema.

O Presidente, Des. Gesivaldo Britto lembrou que nas comarcas iniciais e intermediárias é importante a instalação de barreiras físicas, através de colocação de concertinas que evitam invasão dos fóruns. Caso haja algum tipo de resistência por parte de magistrados ou servidores, é primordial ressaltar que se trata de questão de segurança pessoal e patrimonial de todos. Pediu ênfase na questão da segurança e na implantação do projeto. A Secretária informou inclusive que existem concertinas em estoque para serem colocadas de imediato.

Iniciativa da DRH – Diretoria de Recursos Humanos: Implantação do e-Social

Apresentada pela Diretora Leila Lima, a iniciativa trata da escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e será obrigatório para a Administração Pública a partir de janeiro de 2019. A Diretora falou da necessidade da implantação do e-Social estar submetida ao CGOV – Comitê de Governança. O projeto deve ter planejamento estruturado e acompanhamento efetivo, pois trata-se de obrigação fiscal que tem elevado custo, pois além de recursos humanos, precisa de sistemas modernos, demanda muito de quase todas as secretarias do TJBA (especialmente, Secretaria de Recursos Humanos, Setim, Sead – Financeiro e Arrecadação, área de saúde etc). Por fim perpassa por toda a Mesa Diretora, pois requer uma mudança de cultura. Todos os processos administrativos da Corregedoria deverão ser anotados no sistema do e-Social, os processos judiciais ou administrativos que conce-



dam direitos aos servidores, como licença-prêmio, licença-saúde, aposentadoria por invalidez permanente etc deverão constar no Sistema. Essa será a etapa do projeto que pedirá maior esforço das equipes envolvidas.

Justificou a implantação da iniciativa ressaltando que o seu descumprimento gera multas altíssimas, em torno de 20% do valor da folha de pagamento do TJBA.

Nas informações adicionais falou da qualificação cadastral – trata da qualidade de informações do cadastro do servidor. O servidor precisa estar com sua base cadastral de acordo com o que o e-Social precisa.

Iniciativa da DPG – Diretoria de Primeiro Grau: Programa de Governança Colaborativa em Execuções Fiscais

A apresentação foi iniciada pela Diretora Mariana Lorangeira para fazer breve descrição da iniciativa conforme *slide* em seguida passou a palavra ao servidor João Felipe, que iniciou sua explanação passando informação do CNJ que diz que de cada 10 ações ajuizadas no Brasil, 8 são execuções fiscais. Prosseguiu com dados da Bahia, onde a cada 10 ações, 6 são execuções fiscais. Além disso, mais de 60% do acervo total do PJBA é dessa categoria. Sendo uma classe processual de difícil tratamento, pois a legislação sobre o tema é da década de 80, então o magistrado encontra dificuldades para tratar esse acervo, “considerando que o CNJ traz diversos critérios de eficiência de tratamento de ações a fim de evitar a taxa de congestionamento.” Inclusive a taxa de congestionamento do PJBA é composta em sua grande maioria de processos de execuções fiscais. Lembrou que a Bahia é referência nacional na Meta 5 (tratamento de execuções fiscais) junto com Minas Gerais. As ações elencadas nos objetivos contemplam diversas áreas, dentre elas: redistribuição dos acervos das Varas de Fazenda da Capital (Resolução nº 21/2017); implantação de CEJUSC's Fazendários no interior; implantação do Fórum das Fazendas Públicas; Cartórios Integrados da Fazenda Pública, entre outros.

Pedro Vivas abriu a votação para o Comitê de Governança decidir quais iniciativas deveriam compor o Portfólio de Processos Estratégicos.

Antes do início da votação, a Secretária de Administração esclareceu que o PLS – Plano de Logística Sustentável, constava no Portfólio Estratégico do ano de 2017 e que para o biênio 2018-2019 o mesmo será um Programa acompanhado diretamente pelo Núcleo Socioambiental.

Cristiane Nascimento (CGJ) pediu a palavra para esclarecer que o Núcleo Extrajudicial está “andando lado a lado com o pessoal do Setor de Arrecadação e Fiscalização” e uma das dificuldades levantadas foi saber exatamente o conteúdo dos atos. Providências relacionadas à meta 7 do CNJ estão sendo tomadas para melhorar as atividades de ambos os setores.

Votação das iniciativas do Grupo de Governança Judiciária.

O CGov decidiu manter todas as iniciativas apresentadas como estratégicas compondo o Portfólio 2018/2019.

PROGRAMA – ACESSO À JUSTIÇA

Iniciativa do NUPEMEC– Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos: CEJUSC Itinerante.

O servidor da Nupemec – Walter – apresentou a descrição, justificativa e objetivo da iniciativa. O fato de já existirem 2 ônibus no TJBA também contribuiu para a proposição da ação. Apresentou as atividades do CEJUSC itinerante e as metas a serem alcançadas.

Iniciativa da CGJ – Corregedoria Geral de Justiça: Implantação do Sistema de Cálculos Judiciais.

Cristiane Nascimento apresentou a iniciativa, falou das justificativas e objetivo. Não houve estimativa de custo.

Iniciativa da COJE – Coordenação de Juizados Especiais: Implantação da Central de Cálculos.

Apresentada pelo servidor Cláudio Lemos, a iniciativa trata de implantar uma unidade responsável e novo sistema para realizar os cálculos judiciais para os Juizados Especiais. Esclareceu que a proposta da COJE é complementar a iniciativa da Corregedoria Geral. Falou da justificativa, objetivo e custo estimado para implantação da iniciativa.



Dr. Paulo Chenaud esclareceu que processos da COJE tem entre início e fim, em torno de 90 dias. Em algumas unidades há processos parados por quase um ano em virtude da execução dos cálculos. Isso afronta o propósito do Juizado Especial. Essa Central de Cálculo ajudaria bastante porque a prestação jurisdicional seria mais ágil, principalmente nos casos dos hipossuficientes que não tem como pagar calculista para dar andamento ao processo. Além disso, lembrou que há similaridade e complementaridade entre a iniciativa da CGJ e da COJE, sugerindo que o projeto seja único tanto para a Justiça Comum como para o Juizado Especial.

O Presidente, Des. Gesivaldo Britto ressaltou a importância de existir – aliás – de voltar a existir a Central de Cálculos para atender todo o Estado e todos os tipos de Processos. Ressaltando que o custo que o Tribunal tem para pagar a perícia é alto.

Iniciativa da COJE – Coordenação de Juizados Especiais: Implantação da Queixa Virtual.

A iniciativa visa implantar novo sistema para realizar o cadastro de queixas virtuais dos Juizados Especiais. Cláudio Lemos apresentou as justificativas e objetivo, além do custo estimado. Dr. Paulo Chenaud enfatizou a necessidade de o TJBA prestar o acesso digital ao jurisdicionado, vez que o maior acesso à rede de computadores já é realidade que precisamos acompanhar.

Pedro Vivas lembrou da similaridade entre as iniciativas da Implantação de Sistema de Cálculos (Corregedoria) e Implantação da Unidade de Cálculos (COJE). Ficou decidido que será uma única iniciativa comandada pela Corregedoria Geral de Justiça.

Iniciativa da DPG – Diretoria de Primeiro Grau: Instalação dos Cartórios Regionais Virtuais.

A Diretora Mariana Lorangeira fez introdução sobre a iniciativa ressaltando o seu atendimento à Resolução 219 do CNJ e o descongestionamento dos processos. Falou da justificativa e objetivos. Os custos ainda não foram estimados, pois será preciso primeiro o resultado do projeto-piloto.

O Presidente Des. Gesivaldo Britto enfatizou a importância dos Cartórios Virtuais, inclusive reduzindo custos para o Tribunal.

Leila Lima (DRH) lembrou que essa iniciativa coincide com a implantação do Teletrabalho e colocou-se a disposição para ações em conjunto.

Votação das iniciativas do Grupo de Acesso à Justiça.

O CGov decidiu manter todas as iniciativas apresentadas como estratégicas compondo o Portfólio 2018/2019.

PROGRAMA – EFICIÊNCIA EM NÚMEROS

Iniciativa da AEP II – Assessoria Especial da Presidência – Assuntos Institucionais: Implantação de Sistema Único de Processo Judicial Eletrônico

Dr. Raimundo Braga defendeu a iniciativa por solicitação de Dra. Rita de Cássia e lembrou que o lema da nova administração “Todos Juntos” também baseia a ação. A iniciativa consiste na unificação dos sistemas judiciais. Apresentou justificativas e objetivo frisando que os custos estimados dependerão da solução adotada. Em informações adicionais exibiu a situação atual dos sistemas existentes no PJBA.

O Presidente Des. Gesivaldo Britto solicitou ao Secretário da Setim – Leandro Sady – maiores esclarecimentos acerca do sistema Pje e sua implantação. Leandro Sady informou que a Setim tem feito trabalho conjunto com o 2º grau para melhoria na nova versão do sistema. O Saj ainda precisa ser utilizado em algumas comarcas e a Setim dispõe de equipe para cuidar da manutenção desse sistema, já que não há mais suporte técnico para o mesmo. Quando da implantação por completo do Pje, a tendência é que o Saj seja retirado de uso.

O Desembargador Gesivaldo Britto acrescentou que ainda há limitações para o uso do sistema na área criminal, mas que ainda esse ano, até dezembro esses entraves seriam sanados. Confirmou que a solução de um sistema único e é uma real preocupação dessa Gestão.

Iniciativa da DPG – Diretoria de Primeiro Grau: Aperfeiçoamento do TJBA Virtual

Iniciativa apresentada pelo servidor João Felipe, explicou a redefinição de unidade executora do projeto. Até o ano de 2017 abrangia o 1º Grau e agora abarcará também o 2º Grau. Falou da justificativa e objetivo da iniciativa. Os



aperfeiçoamentos precisarão ser efetivados em virtude de alguns motivos como desativação de comarcas, erros de digitalização, retrabalhos etc.

Dr. Paulo Chenaud pediu que houvesse bastante cautela quando da implantação do aperfeiçoamento do TJBA, pois erros de digitalização podem prejudicar o Tribunal no alcance da Meta 2 – CNJ.

O Secretário Antônio Roque Nascimento ressaltou que toda a equipe e o processo serão revistos e melhorados para que o serviço seja melhor executado e o trabalho seja eficiente.

Iniciativa da SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Orçamento: Implantar a Gestão de Processos, priorizando os finalísticos.

A iniciativa foi retirada de pauta pelo Secretário de Planejamento e Orçamento, José Guimarães, para que seja apresentada e analisada pelo CGov na próxima RAE.

Iniciativa da SETIM – Secretaria de Informação e Comunicação: Transformação Digital com uso de novas tecnologias

O Secretário Leandro Sady fez uma breve introdução sobre o papel da SETIM nas diversas iniciativas do Tribunal, ressaltando que é importante a parceria entre a área demandante e a SETIM.

Falou sobre a funcionalidade da iniciativa como meio de agilizar as atividades dos servidores, vez que o projeto viabiliza um acesso mais rápido para tirar dúvidas e sanar problemas.

Exibiu como exemplo o Portal da Justiça Restaurativa e falou novamente de como é importante o envolvimento da área de negócio no desenvolvimento de ferramentas dessa natureza.

Votação das iniciativas do Grupo de Eficiência em Números.

O CGov decidiu manter todas as iniciativas apresentadas como estratégicas compondo o Portfólio 2018/2019.

10. Deliberações do CGOV (Agendamento das Semanas de Sentenças e Baixas, Aprovação da Data da 2ª RAE)

Agendamento das Semanas de Sentenças e Baixas.

As datas propostas foram: 21 a 25 de maio; e 01 a 05 de outubro de 2018.

Pedro Vivas lembrou que no Decreto que estabeleceu a realização das Semanas de Baixa estavam estabelecidas 4 semanas por ano.

O Secretário José Guimarães sugeriu que em vez de 4 fossem reduzidas para 3 semanas, embora sua equipe tenha proposto 2 Semanas.

Cristiane Nascimento perguntou se as Semanas de Baixa envolvem todas as unidades, vez que a Corregedoria possui um projeto de baixas de sentenças por especialidade.

O Secretário José Guimarães respondeu que em virtude disso a proposta seria de realizar 2 Semanas de Baixa.

Dr. Paulo Chenaud questionou o prazo para o envio das informações do Justiça em Números ao CNJ.

O Secretário José Guimarães falou que seria importante aprofundar nessa questão; falou que estamos dependendo de uma agenda que não foi definida e passou a palavra para Alexandro Santos – Coordenador do NEGE – informou que os dados da produtividade anual de 2017 são enviados em 2018.

Dr. Paulo Chenaud propôs que a segunda Semana de Sentenças e Baixas fosse realizada em novembro e não em outubro, porque ter-se-ia uma quantidade maior de processos para baixar.

Dra. Rita de Cássia lembrou que em novembro já realizamos as Semanas de Conciliação (Estadual e Nacional), isso tornaria inviável a realização da Semana de Sentenças e Baixas no mesmo período. Alexandro Santos confirmou a realização do evento citado pela Assessora da Presidência.

Dr. Reginaldo Rodrigues lembrou que é necessário também um interregno de tempo para que os cartórios se preparem para as Semanas de Baixa, portanto sugeriu que fossem mantidas apenas 2 Semanas.

O Secretário José Guimarães concordou que 2 Semanas são suficientes.



O Presidente Des. Gesivaldo Britto concordou com o Dr. Reginaldo Rodrigues em relação ao tempo que precede às Semanas de Baixa.

Dr. Paulo Chenaud pediu que fosse na última semana de outubro. Alessandro Santos lembrou que a Semana de Conciliação é no início de novembro e uma Semana de Sentenças e Baixas na última semana de outubro inviabilizaria a execução da Semana de Conciliação. Dra. Rita de Cássia concordou.

Ficaram como aprovadas as datas sugeridas e a quantidade de 2 (duas) Semanas de Baixas por ano.

Dr. Raimundo Braga pediu que fosse realizada uma semana para limpeza de cadastro. Projeto nos moldes do Cadastrar Melhor. Dra. Rita de Cássia informou que já está sendo realizado trabalho nesse sentido, mas que a AEP II coloca-se a disposição para tratar o assunto com maior aprofundamento.

A Diretora Mariana Larangeira lembrou que o projeto Cadastrar Melhor foi deslocado da DPG para a Sejud e Diretoria Geral, em conjunto com a AEP II.

O secretário José Guimarães passou a palavra à Secretária-Geral da Presidência para agendamento da próxima RAE, sugerida para 12 de junho de 2018.

Após discussões sobre a melhor data para a segunda RAE. Ficou acordado dia 12/06/2018 e caso haja modificação na agenda será avisado com antecedência.

11. Encerramento

O Presidente do Cgov, Desembargador Gesivaldo Britto, agradeceu a participação de todas as unidades, desejando êxito na realização de seus projetos.